

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.180 - PT (2018/0347310-2)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTO
INTERES. : MAURITE INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS E AGRICOLAS
S/A
REPR. POR : JORGE MANUEL SA E SILVA
PARTE : FRANCISCO JOSE LOPES CARNEIRO
A.CENTRAL : MINISTERIO DA JUSTIÇA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita a coleta de depoimento do representante legal da empresa MAURITE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E AGRÍCOLAS S. A. por **videoconferência em audiência de julgamento a ser realizada no dia 1º de abril de 2019, às 14 horas (horário de Portugal)**, segundo o texto rogatório.

O Ministério Público Federal opinou pela concessão do *exequatur* com aplicação do contraditório diferido, em razão da proximidade da data designada pela Justiça estrangeira para a audiência; recomendou que o Juízo rogado entre em contato com a Justiça rogante para que, previamente, sejam feitos os necessários testes de conexão (fl. 30).

É o relatório. Decido.

Merece acolhida a manifestação ministerial, de que deve ser aplicado ao caso o § 1º do art. 216-Q do RISTJ, que autoriza a concessão da ordem sem a prévia oitiva da parte interessada "quando sua intimação prévia puder resultar na ineficiência da cooperação internacional".

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, para as providências cabíveis**.

Cumpra-se a diligência em 30 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

